

STJ pode recusar desistência gerar precedente relevante

Ainda que o Código de Procedimentos Civis permita, o Superior Tribunal de Justiça recusou um pedido de desistência do recurso quando o tema foi considerado paradigmático, em assunto de elevado interesse público.

A definição foi feita por 3 votos no plenário do STJ. O colegiado recusou uma tentativa de desistência de recurso especial feito pela Facebook em um processo de aplicativo de mensagens WhatsApp.

A companhia foi condenada em setembro de 2023 a indenizar uma menor de idade que teve suas fotos compartilhadas no aplicativo por usuários que não tem como removê-las, por serem armazenadas em criptografado de ponta a ponta.

O recurso não foi admitido pelo STJ em 15 de setembro de 2024, o que gerou agravo regimental distribuído à ministra Nancy Andrighi em 16 de setembro de 2024, determinou sua reautuação como recurso especial, para melhor análise.

Cinco dias depois de os autos chegarem ao gabinete da ministra, o Facebook pediu a desistência. Para ela, há indícios de que a empresa tenta evitar a formação de precedentes: O processo de desistência.

Estratégia da desistência

A ministra identificou outros três recursos do Facebook com pedidos de desistência homologados. Todos eles tratam de remoção de conteúdo ilícito, como imagens íntimas comparadas.

Com isso, a empresa vinha evitando a formação de precedentes dos julgamentos colegiados do STJ até esta semana. Em que a recusa do pedido de desistência.

Ela elencou quatro motivos para recusar o pedido de desistência:

- Por se tratar de tema nunca enfrentado no STJ;
- Por se tratar de processo paradigmático (art. 1.043, I, do CPC).

Por haver indício de estratégia da parte para ev
Por haver forte interesse público no enfrentament

Nessa nova situação de excepcionalidade, desistênci
recorrido a que se refere o CPC deve ocorrer até o s
para evf d ramoshoppè n glicou.

Forum shopping tentativa de um litigante de levar a ca
ou um julgador que lhe ofereça a maior probabilidade



Forum shopping

A recusa proposta pela ministra
CPC, segundo o qual o recorrent
tempo, sem a anuência do recorri
litisconsortes, desistir do recu

Nem sempre, porém, o ~~STJ~~ ~~est~~ ~~ariz~~
prerrogativa seja exercida ~~ago~~ ~~A~~ ~~pr~~
pedido de desistênci ~~o~~ ~~caso~~ ~~ajulgado~~ ~~em~~
tratava de forneci ~~me~~ ~~ftol~~ ~~á~~ ~~para~~ ~~o~~ ~~mes~~
não previstos na bula) por plano

Em outros casos, o colegiado tev
incluindo recurso contra decisão de tribunal de
a desistência

A ideia é que considerar que um caso deve ser julgado
equivalaria a criar uma nova espécie de remessa nec
CPC.

Em abril de 2023, ~~he~~ ~~ago~~ ~~3~~ ~~a~~ ~~at~~ ~~ur~~ ~~mat~~ ~~ar~~ ~~à~~ ~~C~~ ~~o~~ ~~r~~ ~~t~~ ~~e~~ ~~m~~ ~~E~~ ~~s~~ ~~p~~ ~~e~~ ~~c~~ ~~i~~ ~~s~~ ~~a~~ ~~l~~ ~~e~~ ~~d~~ ~~a~~ ~~t~~ ~~s~~
para discutir se as partes de um recurso podem desist
estiver pautado e pronto para formação de precedente

Meses depois, no entanto, o recurso foi desafetado e
foi o que levou dois ministros a divergirem da propo
Moura Ribeiro.

Como o ministro Humberto Martins votou com a ministr
desembargador convocado Carlos Cini Marchionatti, qu

Direito da parte

Com a desistência indeferida, o colegiado partiu par
sustentação oral, o ad ~~v~~ ~~o~~ ~~d~~ ~~o~~ ~~d~~ ~~o~~ ~~e~~ ~~s~~ ~~a~~ ~~f~~ ~~e~~ ~~r~~ ~~i~~ ~~t~~ ~~a~~ ~~o~~ ~~u~~ ~~m~~ ~~m~~ ~~o~~ ~~m~~ ~~e~~ ~~n~~ ~~t~~ ~~o~~



abordar o tema que fora resolvido.

Ele disse que o pedido de desistência foi apresentado em pauta e que a postura da empresa sempre foi e continua em referência à atuação do STJ.

O direito de desistência está previsto de forma clara. Não há nenhuma causa capaz de afastar o livre exercício, é o entendimento não só desse tribunal, como dessa turma.

REsp 2.172.296

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-fev-08/stj-decide-que-pode-recu>